ACORDO DO MERCOSUL PARA A PREVENÇÃO E LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO NO COMÉRCIO E NOS INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, na qualidade de estados partes do MERCOSUL, doravante denominados estados partes.

CONSIDERANDO que a corrupção tem consequências nocivas para o desenvolvimento do comércio e dos investimentos internacionais;

RESALTANDO que a prevenção e a luta contra a corrupção são objetivos comuns dos estados partes e constituem parte essencial da agenda do MERCOSUL para sua modernização e eficiência;

RECORDANDO que os estados partes ratificaram, dentre outros instrumentos sobre a matéria, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), adotada em Nova Iorque em 31 de outubro de 2003 e a Convenção Interamericana contra a Corrupção (IACAC), assinada em Caracas em 29 de março de 1996;

REAFIRMANDO o compromisso de implementar as melhores práticas no referente ao comércio e aos investimentos internacionais, sem prejuízo de outros acordos assinados em instâncias bilaterais, regionais ou multilaterais;

RECONHECENDO a necessidade de uma abordagem ampla e coordenada para a efetiva luta contra a corrupção no comércio e nos investimentos internacionais;

ACORDAM:

ARTIGO I
DEFINIÇÕES

1. Para os efeitos do presente Acordo considera-se:

   a) funcionário público:

      i. toda pessoa que ocupar um cargo legislativo, executivo, administrativo ou judiciário em um dos estados partes, em qualquer nível de governo, seja designado ou eleito, permanente ou temporário, remunerado ou honorário, qualquer que seja a antiguidade dessa pessoa no cargo;

      ii. toda outra pessoa que desempenhar uma função pública em um dos estados partes, em qualquer nível de governo, inclusive em um organismo ou empresa pública, ou que prestar um serviço público, segundo se defina no direito interno do estado parte e se aplique na esfera pertinente do ordenamento jurídico desse estado parte; ou

      iii. toda outra pessoa definida como "funcionário público" no ordenamento jurídico de um estado parte.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPUBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCION DE TRATADOS

b) funcionário público estrangeiro: toda pessoa que ocupar um cargo legislativo, executivo, administrativo ou judiciário de um país estrangeiro, em qualquer nível de governo, seja designado ou eleito, permanente ou temporário, remunerado ou não remunerado, independentemente de sua antiguidade; e toda pessoa que exercer uma função pública para um país estrangeiro, em qualquer nível de governo, inclusive em um organismo ou uma empresa pública;

c) funcionário de uma organização internacional pública: um empregado público internacional ou toda pessoa que tal organização tenha autorizado a atuar em seu nome.

ARTIGO II
OBJETO

1. Os estados partes afirmam seu compromisso para prevenir e lutar contra a corrupção no comércio e nos investimentos internacionais, adotando as medidas legislativas e de outra índole que forem necessárias, no entendimento de que esta afirmação contribui com os esforços para mitigar substancialmente a corrupção em todas as suas formas. Os estados partes reconhecem que a descrição das infrações penais, cíveis ou administrativas, ajustada ao presente Acordo, e dos meios jurídicos de defesa aplicáveis ou demais princípios jurídicos que regulam a legalidade de uma conduta, fica reservada ao direito interno dos estados partes e que essas infrações haverão de ser investigadas e punidas em conformidade com esse direito.

2. Os estados partes adotarão todas as medidas necessárias para implementar as convenções internacionais anticorrupção nas quais sejam parte.

3. Nada do disposto no presente Acordo afetará os direitos e obrigações dos estados partes estabelecidos pela UNCAC e outras convenções internacionais na matéria nas quais sejam parte.

ARTIGO III
MEDIDAS PARA LUTAR CONTRA A CORRUPÇÃO

1. Cada estado parte adotará as medidas legislativas e de outra índole que forem necessárias para qualificar como infrações penais, cíveis ou administrativas, em conformidade com sua legislação, quando forem cometidas intencionalmente, por qualquer pessoa física ou jurídica sujeita à sua jurisdição:

a) a promessa, o oferecimento ou a concessão a um funcionário público, direta ou indiretamente, de um benefício indevido que derive em proveito próprio ou no de outra pessoa ou entidade, com a finalidade de que o referido funcionário atue ou se abstenha de atuar no cumprimento de suas funções oficiais;

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE TRATADOS

b) a solicitação ou aceitação por um funcionário público, direta ou indiretamente, de um benefício indevido que derive em proveito próprio ou no de outra pessoa ou entidade, com a finalidade de que o referido funcionário atue ou se abstenha de atuar no cumprimento de suas funções oficiais;

c) a promessa, o oferecimento ou a concessão, direta ou indiretamente, a um funcionário público estrangeiro ou a um funcionário de uma organização internacional pública, de um benefício indevido que derive em proveito próprio ou no de outra pessoa ou entidade, com a finalidade de que o referido funcionário atue ou se abstenha de atuar no exercício de suas funções oficiais, para obter ou manter alguma transação comercial ou outro benefício indevido relacionado com a realização de atividades comerciais internacionais; e

d) a cumplicidade, incluídas a incitação, a ajuda, a instigação ou a autorização para a realização de quaisquer das condutas descritas nas alíneas a), b) e c).

2. Os estados partes, em conformidade com seu ordenamento jurídico interno, adotarão medidas legislativas e de outra índole que forem necessárias para a manutenção de livros, registros e controles internos, divulgações de demonstrativos financeiros e padrões de contabilidade e auditoria, para proibir ou impedir os seguintes atos perpetrados com a finalidade de cometer quaisquer das infrações descritas no presente artigo:

   a) o estabelecimento de contas não registradas nos livros contábeis;

   b) a realização de transações não registradas ou inadequadamente identificadas;

   c) o registro de despesas inexistentes;

   d) o lançamento de despesas com identificação incorreta de seus objetivos;

   e) a utilização de documentos falsos; e

   f) a destruição intencional de documentos contábeis antes do prazo previsto na lei.

3. Os estados partes adotarão as medidas legislativas e de outra índole que forem necessárias para estabelecer como infrações penais, cíveis ou administrativas, em conformidade com seus ordenamentos jurídicos, quando forem cometidas intencionalmente, por qualquer pessoa física ou jurídica sujeita à sua jurisdição:

   a) a malversação, a apropriação indébita ou outro desvio, por parte de um funcionário público, para benefício próprio ou alheio, de qualquer bem ou direito, valores públicos ou privados, títulos ou qualquer outro bem confiado ao funcionário público em razão de suas funções;

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCION DE TRATADOS

b) a conversão ou a transferência de bens e direitos, sabendo que se trata de produtos de delito, com a finalidade de ocultar ou dissimular sua origem ilegal ou de ajudar qualquer pessoa que esteja envolvida na prática de uma infração antecedente a se evadir das consequências jurídicas de sua ação;

c) a ocultação ou a dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens e direitos ou direitos acessórios, sabendo que se trata de produtos do delito;

d) a aquisição, posse ou uso de bens e direitos, sabendo, no momento da receptação, que se trata de produtos do delito; e

e) a colaboração, associação, assistência, incitação, facilitação e assessoramento para o cometimento, inclusive em grau de tentativa, de quaisquer das infrações, mencionadas nas alíneas a) a d).

4. Os estados partes adotarão sanções e procedimentos eficazes, proporcionais e dissuasivos para fazer cumprir as medidas que adotarem, em conformidade com os parágrafos 1, 2 e 3.

5. Cada estado parte negará a dedução tributária referente às despesas que constituam suborno, que é um dos elementos constitutivos das condutas descritas no parágrafo 1 e, caso corresponda, referentes às outras despesas incorridas com o objetivo de promover um comportamento corrupto.

6. Os estados partes, em conformidade com seu ordenamento jurídico interno e com os tratados internacionais dos quais façam parte, adotarão medidas que permitam a identificação, o rastreamento, o bloqueio, a apreensão e o confisco de:

a) produtos, inclusive qualquer bem ou direito, derivados das infrações descritas nos parágrafos 1, 2 e 3; e

b) bens e direitos, equipamentos ou outros instrumentos utilizados ou destinados à utilização no cometimento dessas infrações.

7. Os estados partes considerarão adotar medidas para proteger contra qualquer tratamento injustificado qualquer pessoa que, de boa-fé e por motivos razoáveis, informar às autoridades competentes sobre qualquer fato relacionado às condutas descritas no parágrafo 1 e 3.

ARTIGO IV
ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA

1. Os estados partes reconhecem a importância da assistência jurídica para prevenir e lutar contra a corrupção no comércio e nos investimentos internacionais, inclusive por meio de iniciativas regionais e multilaterais. Nesse sentido, procurarão trabalhar juntos em foros regionais e multilaterais, inclusive encorajando e apoiando iniciativas apropriadas de cooperação.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPUBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCION DE TRATADOS

2. Os estados partes enfatizam a importância de que a comunicação entre suas autoridades centrais com relação aos pedidos de assistência jurídica mútua, relacionados com a luta contra a corrupção se desenvolva por meio de procedimentos confiáveis, de alta qualidade, ágeis e eficazes, preferentemente por meios eletrônicos, adotando medidas que permitam garantir uma margem elevada de segurança da informação, seja no âmbito de procedimentos penais, seja, no caso daqueles estados partes cuja legislação interna preveja, cíveis ou administrativos e em conformidade com os tratados internacionais vigentes entre as partes, inclusive o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Las Leñas, 1992), o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais (São Luiz, 1996), o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do MERCOSUL e a República da Bolívia e a República do Chile (Buenos Aires, 2002) e o Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile (Buenos Aires, 2002).

ARTIGO V
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

1. Os estados partes reconhecem as vantagens de compartilhar experiências e melhores práticas relacionadas ao desenvolvimento, à implementação e à efetividade de suas leis e ações para lutar contra a corrupção.

2. Os estados partes buscarão facilitar e promover a comunicação, o intercâmbio de informação e a cooperação entre as autoridades competentes de modo efetivo e ágil, em conformidade com os respectivos ordenamentos jurídicos e com os tratados internacionais vigentes entre as partes, com vistas a melhorar a eficácia das ações para combater as condutas descritas no artigo III.

3. O intercâmbio de informação e a cooperação entre as autoridades competentes, quando constituírem assistência jurídica mútua, enquadrar-se-ão no artigo IV.

ARTIGO VI
PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

1. Para lutar contra a corrupção nos assuntos que afetam o comércio e os investimentos internacionais, cada estado parte promoverá, entre outras coisas, a integridade, a honestidade e a responsabilidade entre seus funcionários públicos, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico.

2. Cada estado parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, procurará aplicar códigos ou normas de conduta para o correto, honorável e devido cumprimento das funções públicas e adotar medidas disciplinares ou de outra índole contra funcionários públicos que transgridam os códigos ou normas estabelecidos, em conformidade com este parágrafo.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE TRATADOS

3. Os estados partes, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, considerarão a possibilidade de estabelecer procedimentos mediante os quais um funcionário público vinculado com a realização de alguma das condutas previstas nos parágrafos 1 ou 3 do artigo III possa, caso for considerado apropriado pelo estado parte, ser destituído, suspenso ou redesignado pela autoridade competente, tendo presente o respeito ao princípio de presunção de inocência.

4. Levando em conta a independência do Poder Judiciário e seu papel decisivo na luta contra a corrupção, cada estado parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico e sem prejuízo da independência do Poder Judiciário, adotará medidas para reforçar a integridade e evitar qualquer oportunidade de corrupção entre os membros do Poder Judiciário. Tais medidas poderão incluir normas que regulem a conduta dos membros do Poder Judiciário. Poderão ser formuladas e aplicadas pelo Ministério Público medidas com idêntica finalidade, nos estados partes em que essa instituição não fizer parte do Poder Judiciário, mas gozar de independência análoga.

ARTIGO VII
PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO E DA SOCIEDADE

1. Cada estado parte adotará as medidas apropriadas, de acordo com seus meios e em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, para promover a participação ativa de indivíduos e grupos que não pertençam ao setor público, tais como a sociedade civil, organizações não governamentais e organizações com base na comunidade, na prevenção e na luta contra a corrupção, em assuntos que afetem o comércio e investimentos internacionais e para incrementar a consciência pública sobre a existência, as causas, a gravidade e a ameaça que a corrupção representa.

2. Cada estado parte buscará, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, incentivar as empresas privadas, tendo em conta sua estrutura e tamanho, a:

   a) adotar controles contábeis internos suficientes para assistir na prevenção e na detecção das condutas descritas nos parágrafos 1 e 3 do artigo III, nos assuntos que afetem o comércio e os investimentos internacionais; e

   b) assegurar que sua contabilidade e os estados financeiros requeridos estejam sujeitos a procedimentos apropriados de auditoria.

3. Cada estado parte adotará medidas apropriadas para assegurar que seus órgãos de prevenção e luta contra a corrupção pertinentes sejam conhecidos pelo público e proporcionará o acesso aos referidos órgãos, caso corresponda, para a denúncia, inclusive anônima, de qualquer incidente que possa considerar-se que constitui uma das condutas descritas nos parágrafos 1 e 3 do artigo III.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCION DE TRATADOS

ARTIGO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente Acordo, celebrado no âmbito do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor sessenta (60) dias após o depósito do instrumento de ratificação pelo segundo estado parte do MERCOSUL e suas disposições serão aplicáveis para os estados partes que o tenham ratificado. Para os estados partes que o ratificarem posteriormente, o presente Acordo entrará em vigor sessenta (60) dias após a data em que cada um deles depositar seu respectivo instrumento de ratificação.

2. Os estados associados poderão aderir ao Acordo após sua entrada em vigor para todos os estados partes, em conformidade com o estipulado no parágrafo 1 do presente artigo.

3. Os estados partes, caso julguem necessário, poderão revisar o presente Acordo.

4. As controvérsias surgidas pela interpretação, pela aplicação ou pelo descumprimento das disposições contidas no presente instrumento entre os estados partes do MERCOSUL serão resolvidas pelo sistema de solução de controvérsias vigente no MERCOSUL.

5. Se um estado associado adotar o presente Acordo, as controvérsias surgidas sobre a interpretação, a aplicação ou o descumprimento das disposições contidas no presente Acordo entre um ou mais estados partes do MERCOSUL e um ou mais estados associados, bem como entre os estados associados, serão resolvidas em concordância com o mecanismo de solução de controvérsias vigente entre as partes envolvidas no conflito ou, em sua falta, resolver-se-ão pelo mútuo acordo das partes, sob o princípio da boa-fé e o consentimento mútuo.

6. A República do Paraguai será depositária do presente Acordo e dos respectivos instrumentos de ratificação, devendo notificar às partes a data dos depósitos desses instrumentos e a entrada em vigor do Acordo, assim como enviar-lhes cópia devidamente autenticada.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
DIRECCION DE TRATADOS

Feito na cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, aos 6 dias do mês de julho de 2022, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES * DIRECCION DE TRATADOS *

ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL QUE OBRA EN LA DIRECCION DE TRATADOS DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Carlos Ruckelshaussen
Director de Tratados

ACUERDO DEL MERCOSUR PARA LA PREVENCIÓN Y LUCHA CONTRA LA CORRUPCIÓN EN EL COMERCIO Y EN LAS INVERSIONES INTERNACIONALES

La República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, en calidad de Estados Partes del MERCOSUR, en adelante denominados Estados Partes.

CONSIDERANDO que la corrupción tiene consecuencias nocivas para el desarrollo del comercio y las inversiones internacionales;

RESALTANDO que la prevención y lucha contra la corrupción son objetivos comunes de los Estados Partes y constituyen parte esencial de la agenda del MERCOSUR para su modernización y eficiencia;

RECORDANDO que los Estados Partes han ratificado, entre otros instrumentos sobre esta materia, la Convención de las Naciones Unidas contra la Corrupción (UNCAC), adoptada en Nueva York el 31 de octubre de 2003 y la Convención Interamericana contra la Corrupción (IACAC), firmada en Caracas el 29 de marzo de 1996;

REAFIRMANDO el compromiso de implementar las mejores prácticas en lo concerniente al comercio y en las inversiones internacionales, sin perjuicio de otros acuerdos firmados en instancias bilaterales, regionales o multilaterales;

RECONOCIENDO la necesidad de un abordaje amplio y coordinado para la efectiva lucha contra la corrupción en el comercio y en las inversiones internacionales;

ACUERDAN:

ARTÍCULO I
DEFINICIONES

1. Para los efectos del presente Acuerdo se considera:

   a) funcionario público:

      i. toda persona que ocupe un cargo legislativo, ejecutivo, administrativo o judicial de uno de los Estados Partes, en cualquier nivel de gobierno, sea designado o elegido, permanente o temporal, remunerado u honorario, cualquiera sea la antigüedad de esa persona en el cargo;

      ii. toda otra persona que desempeñe una función pública en uno de los Estados Partes, en cualquier nivel de gobierno, incluso para un organismo o empresa pública, o que preste un servicio público, según se defina en el derecho interno del Estado Parte y se aplique en la esfera pertinente del ordenamiento jurídico de ese Estado Parte; o

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
DIRECCIÓN DE TRATADOS

iii. toda otra persona definida como "funcionario público" en el ordenamiento jurídico de un Estado Parte.

b) funcionario público extranjero: toda persona que ocupe un cargo legislativo, ejecutivo, administrativo o judicial de un país extranjero, en cualquier nivel de gobierno, ya sea designado o elegido, permanente o temporal, remunerado o no remunerado, con independencia de su antigüedad; y toda persona que ejerza una función pública para un país extranjero, en cualquier nivel de gobierno, incluso para un organismo o una empresa pública;

c) funcionario de una organización internacional pública: un empleado público internacional o toda persona que tal organización haya autorizado a actuar en su nombre.

ARTÍCULO II
OBJETO

1. Los Estados Partes afirman su compromiso para prevenir y luchar contra la corrupción en el comercio y en las inversiones internacionales, adoptando las medidas legislativas y de otra índole que sean necesarias, en el entendimiento de que esta afirmación contribuye a los esfuerzos para mitigar sustancialmente la corrupción en todas sus formas. Los Estados Partes reconocen que la descripción de las infracciones penales, civiles o administrativas con arreglo al presente Acuerdo y de los medios jurídicos de defensa aplicables o demás principios jurídicos que regulan la legalidad de una conducta queda reservada al derecho interno de los Estados Partes y que esas infracciones habrán de ser perseguidas y sancionadas de conformidad con ese derecho.

2. Los Estados Partes adoptarán todas las medidas necesarias para implementar las convenciones internacionales anticorrupción de las que sean partes.

3. Nada de lo dispuesto en el presente Acuerdo afectará los derechos y obligaciones de los Estados Partes establecidos por la UNCAC y otras convenciones internacionales en la materia de las que sean partes.

ARTÍCULO III
MEDIDAS PARA LUCHAR CONTRA LA CORRUPCIÓN

1. Cada Estado Parte adoptará las medidas legislativas y de otra índole que sean necesarias para calificar como infracciones penales, civiles o administrativas, de conformidad con su legislación, cuando se cometan intencionalmente, por cualquier persona física o jurídica sujeta a su jurisdicción:

a) la promesa, ofrecimiento o concesión a un funcionario público, en forma directa o indirecta, de un beneficio indebido que redunde en su propio provecho o en el de otra persona o entidad, con el fin de que dicho funcionario actúe o se abstenga de actuar en el cumplimiento de sus funciones oficiales;

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE TRATADOS

b) la solicitud o aceptación por un funcionario público, en forma directa o indirecta, de un beneficio indebido que redunde en su propio provecho o en el de otra persona o entidad con el fin de que dicho funcionario actúe o se abstenga de actuar en el cumplimiento de sus funciones oficiales;

c) la promesa, ofrecimiento o concesión, en forma directa o indirecta, a un funcionario público extranjero o a un funcionario de una organización internacional pública de un beneficio indebido que redunde en su propio provecho o en el de otra persona o entidad, con el fin de que dicho funcionario actúe o se abstenga de actuar en el ejercicio de sus funciones oficiales, para obtener o mantener alguna transacción comercial u otro beneficio indebido en relación con la realización de actividades comerciales internacionales; y

d) la complicidad, incluidas la incitación, la ayuda, la instigación o la autorización para la realización de cualquiera de las conductas descritas en los incisos a), b) y c).

2. Los Estados Partes, de conformidad con su ordenamiento jurídico interno, adoptarán medidas legislativas y de otra índole que sean necesarias para el mantenimiento de libros, registros y controles internos, divulgaciones de demostraciones financieras y estándares de contabilidad y auditoría, para prohibir o impedir los siguientes actos perpetrados con el fin de cometer cualquiera de las infracciones descriptas en el presente artículo:

   a) el establecimiento de cuentas no registradas en los libros contables;

   b) la realización de transacciones no registradas o inadecuadamente identificadas;

   c) el registro de gastos inexistentes;

   d) el asiento de gastos con identificación incorrecta de sus objetivos;

   e) la utilización de documentos falsos; y

   f) la destrucción intencional de documentos contables antes del plazo previsto en la ley.

3. Los Estados Partes adoptarán las medidas legislativas y de otra índole que sean necesarias para establecer como infracciones penales, civiles o administrativas, de conformidad con sus ordenamientos jurídicos, cuando se cometan intencionalmente, por cualquier persona física o jurídica sujeta a su jurisdicción:

   a) la malversación, la apropiación indebida u otro desvío, por parte de un funcionario público, para su beneficio o el de otra persona, de cualquier bien o derecho, valores públicos o privados, títulos o cualquier otro bien confiado al funcionario público en razón de sus funciones;

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE TRATADOS

b) la conversión o transferencia de bienes y derechos, con el conocimiento de que se trata de productos de delito, con la finalidad de ocultar o disimular su origen ilegal o de ayudar a cualquier persona que esté involucrada en la práctica de una infracción antecedente a evadirse de las consecuencias jurídicas de su acción;

c) la ocultación o la disimulación de la verdadera naturaleza, origen, localización, disposición, movimiento o propiedad de bienes y derechos o derechos accesorios, con el conocimiento de que se trata de productos del delito;

d) la adquisición, posesión o uso de bienes y derechos, a sabiendas, en el momento de la recepción, de que se trata de productos del delito; y

e) la colaboración, asociación, asistencia, incitación, facilitación y asesoramiento para la comisión, incluso en grado de tentativa, de cualquiera de las infracciones mencionadas en los incisos a) a d).

4. Los Estados Partes adoptarán sanciones y procedimientos eficaces, proporcionales y disuasivos para hacer cumplir las medidas que adopten de conformidad con los párrafos 1, 2 y 3.

5. Cada Estado Parte denegará la deducción tributaria respecto de gastos que constituyan soborno, que es uno de los elementos constitutivos de las conductas descriptas en el párrafo 1 y, cuando proceda, respecto de otros gastos que hayan tenido por objeto promover un comportamiento corrupto.

6. Los Estados Partes, de conformidad con su ordenamiento jurídico interno y los tratados internacionales de los que sean partes, adoptarán medidas que permitan la identificación, el rastreo, el bloqueo, la aprehensión y decomiso de:

a) productos, incluso cualquier bien o derecho, derivado de las infracciones descriptas en los párrafos 1, 2 y 3; y

b) bienes y derechos, equipamientos u otros instrumentos utilizados o destinados a la utilización en la comisión de esas infracciones.

7. Los Estados Partes considerarán adoptar medidas para proteger contra cualquier trato injustificado a cualquier persona que, de buena fe y por motivos razonables, informe a las autoridades competentes de cualquier hecho relacionado a las conductas descriptas en los párrafos 1 y 3.

ARTÍCULO IV
ASISTENCIA JURÍDICA MUTUA

1. Los Estados Partes reconocen la importancia de la asistencia jurídica para prevenir y luchar contra la corrupción en el comercio y en las inversiones internacionales, incluso por medio de iniciativas regionales y multilaterales. En tal sentido, procurarán trabajar juntos en foros regionales y multilaterales, incluso alentando y apoyando iniciativas apropiadas de cooperación.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE TRATADOS

2. Los Estados Partes enfatizan la importancia de que la comunicación entre sus autoridades centrales en relación con los pedidos de asistencia jurídica mutua vinculados con la lucha contra la corrupción se desarrolle por medio de procedimientos confiables, de alta calidad, ágiles y eficaces, preferentemente por medios electrónicos, adoptando medidas que permitan garantizar un margen elevado de seguridad de la información, ya sea en el marco de procedimientos penales o, en el caso de aquellos Estados Partes cuya legislación interna lo prevea, civiles o administrativos, y de conformidad con los tratados internacionales vigentes entre las partes, incluso el Protocolo de Cooperación y Asistencia Jurisdiccional en Materia Civil, Comercial, Laboral y Administrativa (Las Leñas, 1992), el Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Asuntos Penales (San Luis, 1996), el Acuerdo de Cooperación y Asistencia Jurisdiccional en Materia Civil, Comercial, Laboral y Administrativa entre los Estados Partes del MERCOSUR y la República de Bolivia y la República de Chile (Buenos Aires, 2002) y el Acuerdo de Asistencia Jurídica Mutua en Asuntos Penales entre los Estados Partes del MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile (Buenos Aires, 2002).

ARTÍCULO V
COOPERACIÓN INTERNACIONAL

1. Los Estados Partes reconocen las ventajas de compartir experiencias y mejores prácticas vinculadas al desarrollo, la implementación y la efectividad de sus leyes y acciones para luchar contra la corrupción.

2. Los Estados Partes procurarán facilitar y promover la comunicación, el intercambio de información y la cooperación entre las autoridades competentes de manera efectiva y ágil, de conformidad con los respectivos ordenamientos jurídicos y los tratados internacionales vigentes entre las partes, con miras a mejorar la eficacia de las acciones para combatir las conductas descriptas en el artículo III.

3. El intercambio de información y la cooperación entre las autoridades competentes, cuando constituyan asistencia jurídica mutua, se enmarcarán en el artículo IV.

ARTÍCULO VI
PROMOCIÓN DE LA INTEGRIDAD DE LOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS

1. Para luchar contra la corrupción en los asuntos que afectan al comercio y las inversiones internacionales, cada Estado Parte promoverá, entre otras cosas, la integridad, honestidad y responsabilidad entre sus funcionarios públicos, de conformidad con los principios fundamentales de su ordenamiento jurídico.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE TRATADOS

2. Cada Estado Parte, de conformidad con los principios fundamentales de su ordenamiento jurídico, procurará aplicar códigos o normas de conducta para el correcto, honorable y debido cumplimiento de las funciones públicas, y adoptar medidas disciplinarias o de otra índole contra funcionarios públicos que transgredan los códigos o normas establecidos de conformidad con este párrafo.

3. Los Estados Partes, de conformidad con los principios fundamentales de su ordenamiento jurídico, considerarán la posibilidad de establecer procedimientos mediante los cuales un funcionario público vinculado con la realización de alguna de las conductas previstas en los párrafos 1 o 3 del artículo III pueda, cuando sea considerado apropiado por el Estado Parte, ser destituido, suspendido o reasignado por la autoridad competente, teniendo presente el respeto al principio de presunción de inocencia.

4. Teniendo presente la independencia del Poder Judicial y su papel decisivo en la lucha contra la corrupción, cada Estado Parte, de conformidad con los principios fundamentales de su ordenamiento jurídico y sin menoscabo de la independencia del Poder Judicial, adoptará medidas para reforzar la integridad y evitar toda oportunidad de corrupción entre los miembros del Poder Judicial. Tales medidas podrán incluir normas que regulen la conducta de los miembros del Poder Judicial. Podrán formularse y aplicarse en el Ministerio Público medidas con idéntico fin en los Estados Partes en que esa institución no forme parte del Poder Judicial pero goce de independencia análoga.

ARTÍCULO VII
PARTICIPACIÓN DEL SECTOR PRIVADO Y DE LA SOCIEDAD

1. Cada Estado Parte adoptará las medidas apropiadas, dentro de sus medios y de conformidad con los principios fundamentales de su ordenamiento jurídico, para promover la participación activa de individuos y grupos que no pertenezcan al sector público, tales como sociedad civil, organizaciones no gubernamentales y organizaciones con base en la comunidad, en la prevención y en la lucha contra la corrupción en asuntos que afecten al comercio y las inversiones internacionales, y para incrementar la conciencia pública sobre la existencia, las causas, la gravedad y la amenaza que representa la corrupción.

2. Cada Estado Parte procurará, de conformidad con los principios fundamentales de su ordenamiento jurídico, incentivar a las empresas privadas, teniendo en consideración su estructura y tamaño, a:

   a) adoptar controles contables internos suficientes para asistir en la prevención y detección de las conductas descriptas en los párrafos 1 y 3 del artículo III, en los asuntos que afecten al comercio y a las inversiones internacionales; y

   b) asegurar que su contabilidad y los estados financieros requeridos estén sujetos a procedimientos apropiados de auditoría.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE TRATADOS

3. Cada Estado Parte adoptará medidas apropiadas para asegurar que sus órganos de prevención y lucha contra la corrupción pertinentes sean conocidos por el público y proporcionará el acceso a dichos órganos, cuando proceda, para la denuncia, incluso anónima, de cualquier incidente que pueda considerarse que constituye una de las conductas descriptas en los párrafos 1 y 3 del artículo III.

ARTÍCULO VIII
DISPOSICIONES FINALES

1. El presente Acuerdo, celebrado en el marco del Tratado de Asunción, tendrá duración indefinida y entrará en vigor sesenta (60) días después del depósito del instrumento de ratificación por el segundo Estado Parte del MERCOSUR y sus disposiciones serán aplicables para los Estados Partes que lo hayan ratificado. Para los Estados Partes que lo ratifiquen con posterioridad, el presente Acuerdo entrará en vigor sesenta (60) días después de la fecha en que cada uno de ellos deposite su respectivo instrumento de ratificación.

2. Los Estados Asociados podrán adherir al Acuerdo después de su entrada en vigor para todos los Estados Partes, de conformidad con lo estipulado en el párrafo 1 del presente artículo.

3. Los Estados Partes podrán revisar el presente Acuerdo cuando lo juzguen oportuno.

4. Las controversias que surjan sobre la interpretación, la aplicación o el incumplimiento de las disposiciones contenidas en el presente Acuerdo entre los Estados Partes del MERCOSUR se resolverán por el sistema de solución de controversias vigente en el MERCOSUR.

5. En el caso de que un Estado Asociado adhiera al presente Acuerdo, las controversias que surjan sobre la interpretación, la aplicación o el incumplimiento de las disposiciones contenidas en el presente Acuerdo entre uno o más Estados Partes del MERCOSUR y uno o más Estados Asociados, como así también entre los Estados Asociados, serán resueltas en concordancia con el mecanismo de solución de controversias vigente entre las partes involucradas en el conflicto o, en su defecto, se resolverán por mutuo acuerdo de las partes, bajo el principio de buena fe y consentimiento mutuo.

6. La República del Paraguay será depositaria del presente Acuerdo y de los respectivos instrumentos de ratificación, debiendo notificar a las partes la fecha de los depósitos de esos instrumentos y de la entrada en vigor del Acuerdo, así como enviarles copia debidamente autenticada del mismo.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
REPÚBLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE TRATADOS

Hecho en la ciudad de Montevideo, República Oriental del Uruguay, a los 6 días del mes de julio de 2022, en un original en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR LA REPÚBLICA ARGENTINA

POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY

POR LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
DIRECCION DE TRATADOS

ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL QUE OBRA EN LA DIRECCION DE TRATADOS DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Carlos Ruckelshaussen
Director de Tratados